



ENTRE AS MONAS¹: A CIDADANIA E OS MODOS DE SER TRAVESTIS

Silmara Montejano*

Resumo: Este estudo realizado no decorrer de seis meses com travestis em Araras/SP busca investigar como as travestis vivenciam seus direitos em meio ao seu cotidiano. No bojo dessas experiências apareceram os modos que as travestis entendem a cidadania, bem como o que elas pensam como demandas em seu contexto. Com isso foi possível realizar uma discussão que englobasse tais experiências e a atuação do movimento social LGBT da cidade. Pretende-se contribuir para o debate relativo às políticas públicas destinadas às travestis, aproximando os atores em debate e em ação de maneira que as travestis sejam protagonistas deste processo.

Palavras-chave: Travestis, cidadania, movimentos sociais, pesquisa em psicologia com inspiração etnográfica.

• INTRODUÇÃO: GÊNERO E CIDADANIA

Este texto foi produzido a partir de uma pesquisa com inspiração etnográfica realizada para monografia de conclusão do curso de graduação em psicologia no Centro Universitário Hermínio Ometto (UNIARARAS) em 2011. Para realização deste estudo convivi cerca de 10 meses com pessoas que se autoidentificavam enquanto travestis na cidade de Araras, interior do estado de São Paulo. Neste período, o espaço de maior agrupamento das travestis na cidade era o ponto de prostituição durante o período noturno, sendo este ponto localizado em uma das ruas de principal acesso à cidade de Araras.

O objetivo deste estudo foi entender a partir dos relatos das travestis, bem como de observações do ambiente que elas ocupavam, como se dá a experiência de cidadania em seu cotidiano. Para ter maior clareza da complexidade que envolve os debates políticos

¹ Palavra utilizada entre as interlocutoras da pesquisa para denominar travesti.

* Psicóloga do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) de Porto Seguro/BA.
silmara.montejano@yahoo.com.br

sobre cidadania, acompanhei o movimento LGBT da cidade, articulado pela ONG Somos², interagindo com seus membros.

Direitos humanos e cidadania são temas que vem sendo discutidos em diversos âmbitos. Os movimentos sociais têm ganhado cada vez mais espaço e se multiplicado pelas cidades – a fim de, não só dar voz aos que comumente são calados, mas também e principalmente para exigir que o Estado siga os princípios indicados na Constituição Federal que se percebe, em primeira instância, nas disposições gerais sobre a garantia dos direitos constitucionais:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, Artigo 5º).

Igualmente a Declaração Universal dos Direitos Humanos em que é apontado:

Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948, Artigo I e II, grifos meus).

Portanto, podemos apontar de início, com base nesses documentos citados, que todo ser humano e todo brasileiro sem distinção, possui direitos desde seu nascimento, sendo que esses devem ser garantidos por lei. Segundo Mattos (2009), a construção da democracia, é fundamentada em dois eixos principais: a institucionalização (criação de leis que vão garantir esses direitos) e a participação social da população para a qual essas leis vigoram.

No entanto, vivemos em uma realidade diferente da que é apregoada nos documentos institucionais, pois muitos direitos se mostram bloqueados em várias

² Segundo Gohn (2008), Movimentos Sociais e ONGs (Organização Não Governamental) se diferem em princípio e organização, apesar de serem instrumentos públicos de autonomia da sociedade civil, ou seja, se colocam como forma de se organizar independente do Estado. Os Movimentos Sociais surgiram enquanto militância popular, reivindicando justiça e reconhecimento de direitos sociais e culturais. As ONGs por sua vez, emergiram historicamente enquanto aliados aos movimentos sociais, porém com o passar dos anos as ONGs foram saindo da sombra dos movimentos sociais colocando-se a frente de outros tipos de movimentos e ideais de forma que uma ONG por si só não corresponde diretamente a um movimento social, porém, no caso da cidade de Araras, a ONG Somos se caracteriza como Movimento LGBT da cidade.

situações de nosso país, aqui, no caso trazemos o foco para a população LGBT. Isso demonstra que essa questão é ainda mais complexa. Deste modo, é possível pensar possibilidades de cidadania visando às diversas formas de poder cuja intenção de cercear a singularidade é clara? E, portanto, acaba por colocar muitos indivíduos em uma posição de marginalidade no que diz respeito a usufruir os direitos fundamentais conforme apontado na Constituição Federal, Capítulo I e nos princípios apontados na Declaração dos Direitos Humanos. De que cidadania é esta que falamos?

A ideia de cidadania tem sua origem na Grécia antiga. Arendt (2007) nos descreve que a vida na *polis* grega exigia de seus cidadãos uma organização política muito especial e livremente escolhida, ultrapassando a noção de dever, se baseava em exercer sua responsabilidade e compromisso participando ativamente das decisões que envolviam a comunidade. Um status de reconhecimento e participação, porém muitas coisas mudaram no que diz respeito à ideia original de cidadania, que destinava essa responsabilidade somente aos homens livres. Atualmente o direito à cidadania fora conquistado por todos, foi entendido que todas as pessoas (homens e mulheres, pobres e ricos independente de etnia ou gênero) possuem direitos e podem exigi-los conforme a necessidade.

Contudo, essas relações entre população e Estado são permeadas por muitas tensões com relação ao reconhecimento de tais direitos o que nos mostra que em muitos casos ser cidadão vai além de ter seus direitos assegurados na lei (ainda que ter esses direitos assegurados nos documentos representam grande avanço, pois permite a mobilização dos dispositivos legais), visto que apesar de termos garantido no documento da Constituição Federal o direito à segurança, por exemplo, ainda ocorrem casos de homofobia³, bem como também podemos perceber o quanto as discussões em âmbito político que assegurem os direitos da população LGBT se desenvolvem a passos lentos, apesar de estarmos em um momento histórico e político em que percebemos um maior enfoque nacional para essas questões. Tudo isso nos mostra que na maioria das vezes o lugar destinado àqueles que não se enquadram nas classificações heteronormativas acaba por ser o da exclusão, da marginalidade oculta. Ávila (1999) mostra que a ideia de exclusão está relacionada com a de cidadania:

³ “A discriminação baseada na orientação sexual e identidade de gênero receberam diversas denominações. Na psicologia e nas ciências sociais começaram a usar o termo ‘homofobia’ para dar conta da variedade de fenômenos que compartilham com uma atitude negativa para com homossexuais.” Guia da UNAIDS – Direitos Humanos, Saúde e HIV disponível em: <http://www.unaids.org.br/biblioteca/links/UNAIDS/UNAIDS%206.pdf>. Acesso em: 22/06/2011.

A cidadania é o conceito que dá sentido à ideia de exclusão social. Quando falamos em excluídos e excluídas, estamos nos referindo a pessoas que não desfrutam dos direitos básicos para serem consideradas cidadãs, que incluem, entre outros, a participação política, a liberdade de expressão e organização, o acesso aos benefícios sociais, ao trabalho remunerado, à proteção legal (ÁVILA, 1999, p.41).

É importante salientar que essa exclusão social descrita não diz respeito necessariamente a estar fora de uma sociedade, ao contrário, a autora discute que nossas relações sociais são mediadas pela tensão entre inclusão e exclusão de forma que ser excluído socialmente é um status ainda mais grave do que estar de fato fora da sociedade, pois significa viver em sociedade, mas de forma marginal, ou seja, é estar em um meio social, contudo destituído de participação nele e, portanto, sem acesso as proteções comuns a todos. Com isso podemos entender que todas as pessoas estão incluídas – enquanto circunscritas em um “território” legal – mas essa inclusão se mostra como forma de exclusão dentro da própria sociedade em que é destinado a essas pessoas um lugar marginal que dificulta e muitas vezes impossibilita que elas possam usufruir dos direitos oferecidos a todos igualmente como condição básica.

Dessa forma, em consonância a Ochoa (2004), que entende essa questão também como um processo que produz o pertencimento de uma pessoa a um determinado grupo social. Nisto implica um caminho bilateral, ou seja, a pessoa deve se sentir parte da sociedade e esta também deve considerá-la como integrante:

Entiendo por ciudadanía: los procesos que producen una persona como parte de un grupo social – las cosas que lo hacen sentir parte de ese grupo tanto como las cosas que hacen que la sociedad lo vea como parte de ese grupo (OCHOA, 2004, p.243).

Segundo Ochoa (2004), entender e viver como cidadão transcende as questões burocráticas exigidas pelo governo para seu reconhecimento como, por exemplo, um visto estrangeiro, passaporte, Registro Geral (RG), participação política através dos votos, pagamento de impostos entre outros. O que se fala aqui está mais direcionado para a aceitação do indivíduo como componente de uma sociedade e seu reconhecimento como sujeito dessa sociedade o que se mostra de suma importância para que os direitos possam de fato ser garantidos a todos. Isto é, discutir e rever instrumentos políticos são importantes para exigência legal de direitos, mas sua efetivação implica também em ser reconhecido como pertencente dos mesmos direitos e deveres por aqueles com que convivem.

- **ENTRE AS MONAS: MODOS DE SER E O MOVIMENTO LGBT**

Nesse contexto trago para reflexão a minha experiência entre as travestis de Araras e a construção que elas foram fazendo comigo de como é a vivência cidadã em seus cotidianos. Busquei entender as relações e condutas das travestis enquanto modos de ser, ou seja, considerando que cada ato, cada palavra servia como base para a identificação de como aquele contexto era constituído, como as travestis significavam o mundo e através disso cuidavam de si mesmas. Conforme expresso por Critelli:

Como signos, os produtos das atividades humanas guardam o modo de ser dessas atividades. Cada coisa, como signo, reúne em si o que ela mesma é e como é, além da utilidade que lhe é conferida, das formas pelas quais coletiva e individualmente os homens se mantêm na lida com ela e dos modos dos homens se relacionarem entre si, consigo mesmos, com o mundo, com a existência. Assim, todo e cada signo (real objetivado) é mais do que mera coisa, é registro de um modo de se habitar o mundo, portanto, de se cuidar da existência (CRITELLI, 2007, p.132).

Esse modo de cuidar da existência se mostra de grande complexidade e traz a necessidade de tentarmos entender de qual sujeito estamos falando. A travesti pode parecer à primeira vista uma incógnita, afinal como identificar? É homem ou mulher? Inicialmente, posso pontuar que nem uma e nem outra definição, pois ao que pude perceber as travestis se entendem “simplesmente” como travestis.

Mesmo assim, essa forma de descrição não se esgota, tendo em vista as colocações elaboradas por Butler (2010) que explica as classificações de gênero como construções que não seguem um único padrão, mas sim se modificam histórica e culturalmente trazendo várias possibilidades de se pensar tais categorias de gênero. Existe uma fluidez entre os conceitos e formas de descrição e posso dizer que entre as travestis as classificações aparecem moldes semelhantes, porque mesmo para elas, entender a travestilidade se mostra um desafio.

Tentar se descrever de acordo com um modelo de gênero, proporciona muitas vezes formas de ‘encaixe’ que acabam inibindo a aparição da diversidade. Arán e Peixoto Junior (2007) apontam que vários trabalhos sobre a temática de estudos feministas ou de estudos sobre gays e lésbicas sugerem que classificar os gêneros é uma forma de regulação social, sendo que segundo essa perspectiva, o gênero age como forma de repressão moldando os sujeitos e transformando-os em masculinos e

femininos – sujeitos gendrados⁴. Entretanto, os autores se utilizam de uma discussão realizada por Judith Butler para esclarecer que essa problemática deve ser pensada com maior sutileza: “não haveria uma regulação anterior ou autônoma em relação ao gênero, pois, ao contrário, o sujeito gendrado só passa a existir na medida de sua própria sujeição às regulações” (Butler, 1997 apud Arán e Peixoto Junior, 2007, p.132).

Porém, é possível perceber que existem várias formas de masculinidades e feminilidades, cada um pode se relacionar com seu corpo e com o mundo de maneira singular, pensar assim abre possibilidade de se estranhar a realidade e questionar a formulação de que a biologia é necessariamente o destino de todos os corpos; ou seja, “não decorre daí que a construção de que ‘homens’ aplique-se exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo ‘mulheres’ interprete somente corpos femininos” (BUTLER, 2010, p.24).

Não obstante, no caso das travestis, mesmo esses modelos aparecendo, seus corpos e condutas nos sugerem os limites das classificações de gênero, pois tendo um corpo biologicamente masculino, se transformando a partir de um ideal feminino com diversos signos e condutas próprias do feminino, mas também com alguns traços e desejos que trazem a tona à masculinidade e, ainda, alguns elementos que são provenientes desse novo que surge enquanto gênero se mostrando não só como uma transformação estética, mas também um movimento de se colocar e ressignificar a vida. Os corpos das travestis mostram essa marca de possibilidades e abrem espaço para que possamos pensar sobre o que é dado como natural, pois as travestis apresentam um modo de viver seu corpo e sexualidade singular a partir de um processo contínuo de “se fazer” travesti.

Este “se fazer” é muito marcante na experiência da travestilidade. Fazer o corpo da maneira como se sente, se vê e quer ser vista se mostra como uma busca relacionada à afirmação e expressão da identidade em contraposição à imposição dicotômica dos sexos. Assim como elucida Benedetti (2005) ao dizer que o corpo das travestis é principalmente uma linguagem, de modo que é no corpo e por meio dele que os significados de feminino e masculino se misturam e se concretizam conferindo à pessoa suas qualidades sociais. Haja vista que é no corpo que as travestis se constituem enquanto sujeitos. O corpo nesse contexto é o que denota todo o sentido da vivência travesti, é o que expressa a identidade e se configura, conforme esclarece Pelúcio

⁴ Termo utilizado pela bibliografia especializada que deriva de *gendered*.

(2009), como a condição para existência, pois pelo entendimento dos usos do corpo temos acesso às práticas que produzem e significam a experiência da travestilidade.

Estes corpos e condutas encontram espaço em uma organização que se manifesta como primeiro ponto que vai nos dar pistas sobre como as travestis se colocam em meio às questões relacionadas à experiência cidadã. Este espaço que as travestis ocupam, não pode ser visto somente enquanto localidade física, mas também como marca temporal, sendo a noite palco de suas experiências. A noite traz características diferenciadas para a cidade, a dinâmica e os comportamentos individuais sofrem mudanças. Um espaço, conforme elucida Pelúcio (2009), fluido, permitindo que regras sejam transgredidas, comportamentos que seriam impensáveis durante o dia sejam permitidos.

Na noite também são apresentados muitos códigos e regras que devem ser respeitados por seus frequentadores e marcam essa dinâmica diferenciada. Na noite outros atores sociais também entram em cena, que apesar de alguns deles também utilizarem o espaço do dia em suas atividades, muitas vezes não é dedicada atenção a eles de forma que estes acabam por ficar invisíveis em meio às malhas do cotidiano diurno, mas que constituem a dinâmica e o espaço da noite, principalmente no ponto de prostituição, são estes: moradores de rua, usuários de drogas, traficantes, prostitutas e seus clientes.

Por conta dessa dinâmica diferenciada que exige condutas específicas de comportamento muitas vezes as travestis questionavam à minha presença ali, elas expressavam em suas falas a estranheza para com o sentido de meu interesse por elas. Ver uma mulher, universitária, jovem e sozinha perambulando entre as bichas⁵ e principalmente interessada nesse convívio provocava a curiosidade. Pelúcio (2009) aponta uma percepção semelhante durante seu trabalho etnográfico entre as travestis da cidade de São Carlos/SP: “Havia sim uma curiosidade sobre minha curiosidade. ‘o que esta amapô quer aqui?’, perguntavam-se muitas delas, reportando tempos depois esse estranhamento para mim” (p.54). Na opinião das travestis, minha presença na noite entre elas não parecia algo saudável, sendo que, inúmeras vezes elas me perguntavam se eu não temia estar ali entre elas, pois eu poderia ser confundida com uma travesti, com uma prostituta, ou com ambas.

Com isso, pude mapear nas expressões que as travestis foram trazendo no início de minha pesquisa, a percepção que elas tinham do seu e do meu lugar no contexto da

⁵ As travestis utilizam dessa expressão para designar umas as outras. Apesar de essa palavra ter significado complexo na denominação, por vezes pejorativa, para com a comunidade LGBT. Nesse contexto a expressão ganha um sentido de nomeação e não de insulto.

cidade de Araras, demonstrando primeiramente que estar associado à imagem de travesti e profissional do sexo não é algo desejável. Estes apontamentos trazem os reflexos do valor social a respeito da prostituição, relegando este ofício à clandestinidade. O discurso relacionado à prostituição traz como foco o princípio de que uma pessoa que tem seu corpo utilizado como mercadoria não deve ser respeitado. Este argumento se mostra também presente nos relatos de outras travestis descaracterizando-as como sujeitos de importância social. Essa imagem associada à prostituição acaba por inibir que pessoas que se ocupam dela tenham acesso total à cidadania, de modo que são comumente excluídas dos benefícios aos quais todos têm direitos conforme apontado em documento do Ministério da Saúde de 2002 (apud SANTOS et al, 2008, p.103).

Muitas das travestis que tive contato no decorrer da pesquisa disseram que não tinham o objetivo de se prostituir, mas que ao verem-se em meio a tantas recusas de empregadores formais a tarefa de se sustentar financeiramente foi se tornando uma luta diária restando somente a prostituição como possibilidade. Em outros casos, algumas travestis que já trabalhavam eram demitidas quando seus empregadores percebiam as transformações corporais que estavam ocorrendo.

O desejo de ser aceita, de poder ter um emprego regular aparece em contraposição a uma sociedade que não abre espaço e as deixa de fora das possibilidades de escolher e exercer uma profissão. Quando as travestis ocupam os pontos de prostituição são culpabilizadas por não conseguirem empregos tidos como ‘dignos’ e são rotuladas como promíscuas. Mas quais possibilidades existem?

Contudo, existem profissões em que a atuação de travestis se mostra mais aceitável socialmente, são essas profissões relacionadas à estética feminina como: cabeleireiras, depiladoras, maquiadoras, esteticistas, mesmo assim as travestis relatam que abrir um salão e mantê-lo é uma tarefa de grande dificuldade, pois ainda assim elas sofrem preconceito ao atender a população em seus estabelecimentos. Além disso, é necessário apontar que este é um trabalho que demanda também um interesse por cuidados estéticos da profissional, o que não se pode afirmar que seja algo comum a todas. Essa relação colocada limita possibilidades, a grande maioria das travestis de Araras precisam se prostituir para garantir seu sustento e mesmo aquelas que conseguem trabalhar nessas outras áreas muitas vezes precisam se prostituir para manter seus estabelecimentos abertos.

De qualquer forma, apesar desses conflitos relacionados à prostituição, percebe-se que o ponto de prostituição, ou pista como as travestis costumam dizer, também

possui uma organização diferenciada e importante na constituição do ser travesti. O ponto de prostituição desde o início da pesquisa se mostrou como o principal local de encontro das travestis, o que me fez pensar sobre o motivo pelo qual os demais espaços da cidade não eram frequentados por elas. Este questionamento poderia trazer a ideia de exclusão social, tema que é vastamente debatido em trabalhos acadêmicos, mas gostaria de propor algo diferente e olhar para o ponto de prostituição não somente como simples localidade que envolve a prostituição, mas através de outros significantes que o envolve, e que segundo Pelúcio (2005) e Benedetti (2011) e minha experiência em Araras, se mostra como importante cenário para a constituição da travesti.

Entre as travestis que fiz contato, as opiniões sobre o ponto de prostituição são diversas, a maioria delas diz não gostar de ter como única opção de trabalho práticas que envolvem o comércio sexual, apontando que se fosse possível não se prostituiriam. Outras dizem o contrário, que gostam de seu trabalho, pois ali podem encontrar pessoas novas e homens diferentes que as interessem. Todavia, pude perceber um ponto em comum nos vários depoimentos ouvidos: o sentido de frequentar o ponto de prostituição corresponde a muito mais do que a atividade profissional e sexual propriamente dita, este se mostra como um local de encontros, trocas sociais e constituição identitária:

Constituem um importantíssimo espaço de sociabilização, aprendizado e troca entre as travestis. Mesmo aquelas que exercem a prostituição apenas esporadicamente, freqüentam estes lugares. Há algumas travestis que têm nas zonas de *batalha* o principal (e às vezes o único) ponto de encontro e convívio social. Assim, muito mais do que um espaço de trabalho e fonte de renda, é nestes lugares que muitas *monas* fazem amizades, compram e vendem roupas, objetos, materiais de *montagem* (termo êmico utilizado para denominar o ato de vestir-se com roupas de mulher), perfumes, adornos, drogas, etc. É ali que aprendem os métodos e técnicas de transformação do corpo (como o uso de hormônios e as injeções de silicone), as formas corporais mais apropriadas às travestis e quais delas são mais valorizadas, os segredos da *montagem*, as técnicas de maquiagem, as formas legítimas e ilegítimas de seduzir um homem e se relacionar sexualmente e a linguagem do bate-bate (constituída de um vocabulário codificado com base na linguagem iorubá) (BENEDETTI, 2011, p.03).

Estas observações apontadas foram se tornando claras para mim a cada contato estabelecido entre travestis de Araras, algumas delas, mesmo quando não mais trabalhavam com prostituição ou que tinham outras fontes de renda e não dependiam daquele espaço para se sustentar financeiramente, ainda assim o frequentavam e constituíam a dinâmica do mesmo. Contudo, todas que pude conversar, em algum

momento de suas vidas utilizaram-se do ponto de prostituição como meio de renda e aprendizagem (iniciação/amadrinhamento), demonstrando que de alguma forma entre elas “passar pelo ponto de prostituição” também se mostra como parte do processo de constituição da travestilidade. A rua também se coloca como um palco, de forma que as travestis passam boa parte do dia se arrumando para a noite poderem brilhar no close. Como nos elucida Pelúcio (2009), o ponto de prostituição pode ser o único lugar em que a travesti vai se sentir bonita e desejada, e acaba se tornando um espaço de deslumbre o que pode estar associado a ser o principal espaço de sociabilidade das travestis, afinal não só as travestis atribuem esse significado ao ponto de prostituição, bem como a dinâmica do mesmo está embasada em uma relação de trocas. Entender o ponto como um lugar das possibilidades também é significado pelos homens, afinal é o lugar em que os homens as procuram e se permitem desejá-las, estes que durante o dia e em outros espaços as ignoram e por vezes humilham.

No entanto, tive acesso a outras realidades entre as travestis, uma delas é a do uso de drogas, com as chamadas colocadas⁶. Entre as travestis colocadas pude verificar que os programas ocorriam com menos frequência, além de cobrarem um preço bem inferior do que era cobrado pelas outras (R\$ 5,00, enquanto a média das outras travestis era R\$ 40,00). Bem como era visível o pouco investimento com o cuidado e manutenção do corpo. O contato com essas travestis demorou a ocorrer porque desde o início da pesquisa as travestis com quem eu convivia me recomendavam manter distância das que fazem uso de drogas por essas serem, segundo elas, perigosas, pois roubavam muito, eram agressivas e cotidianamente sofriam algum tipo de violência por conta de seus roubos. Com essas recomendações confesso que um sentimento de medo começou a aparecer em mim, tanto que durante boa parte do meu trabalho de campo me mantive afastada dessas outras travestis mesmo querendo muito conhecê-las. O que no começo poderia ser entendido como um estado de alerta aos poucos foi se transformando em afastamento e pude começar a compreender como as nuances da invisibilidade social vão se formando em meio às relações sociais. Um estereótipo sobre essas outras travestis foi sendo criado, consequentemente acabei também as excluindo.

Até que certo dia elas vieram falar comigo, perguntando se eu era a psicóloga que vinha falar com as monas. Com essas travestis tive acesso a várias práticas diferentes e desvalorizadas por outras travestis que eu tinha contato, ao mesmo tempo percebo a necessidade que essas travestis tinham de atenção não só no que se refere à

⁶ As travestis de Araras utilizam dessa expressão para apontar as pessoas que fazem uso, ou estão sob efeito de substâncias psicoativas (álcool e outras drogas).

escuta (que já seria de grande importância), mas também e principalmente pelos equipamentos públicos (escola, saúde e governo). Pude verificar que o conhecimento que elas tinham sobre seus direitos, bem como as formas de vivê-los e exigí-los era mínima; visto que quando pudemos tocar no assunto elas primeiramente demonstraram não ter conhecimento sobre e, além disso, passaram a rir do que pode ser entendido, mostrando que quando se trata de direitos adentramos outro espaço que não é uma realidade em suas vidas:

Fico ali com elas e Maria⁷ me pergunta o que eu fico fazendo com as monas na rua, explico sobre meu trabalho e digo que não sou estagiária, mas mesmo assim fico ali para poder conversar com elas e tentar entender como elas vivem sua cidadania, até que Maria pergunta:

– O que é cidadania?

Confesso que fiquei surpresa com a pergunta e Maria percebeu isso, pois logo em seguida ela complementa o comentário dizendo:

– Ah amapô! Você tem que explicar né porque a gente aqui é tudo meia burra.

Digo a ela que não tem problema e que isso é uma coisa complicada mesmo e que poucas pessoas sabem direito o que é. Tento explicar que cidadania estava relacionada aos direitos que todos possuem e o que eu tentava observar era se as travestis são respeitadas em seus direitos, se são reconhecidas até que Maria me interrompe e diz gargalhando:

– Ah, mas aqui é tudo ao contrário do que você ta falando aí viu, tudo ao contrário (Diário de Campo: 11/08/2011).

Percebi que a vida dessas travestis estava intimamente relacionada a viver em risco, muitos de seus hábitos as colocava nessa situação e isso me foi sendo exposto em um tom de naturalidade e muitas vezes no intuito de me mostrar quais os lugares de cada um em seu contexto.

Logo na primeira vez que tive contato com essas travestis uma delas fez uma pergunta que me chamou a atenção: “você é classe média, né?”. Na ocasião estranhei o questionamento e pedi que ela me falasse mais sobre isso e a resposta veio em seguida. Com um sorriso de quem estava segura sobre a análise que estava realizando, Maria explicou que eu tinha perfil de classe média e que ela podia perceber isso de longe. Fiquei me questionando sobre isso, o que é “ser classe média” nesse contexto? O que é estar no meio?

⁷ Os nomes citados foram substituídos por pseudônimos, a fim de proteger a identidade das informantes, conforme orienta a Resolução 196/96 do Ministério da Saúde e o Conselho Federal de Psicologia, no que diz respeito a pesquisas envolvendo seres humanos.

Esse comentário já me indicava qual a percepção delas pelo meu interesse em estar com travestis que são consideradas “má companhia”. Qual o meu lugar na relação, bem como sugere uma análise de papéis socialmente colocados. Minha posição enquanto uma estrangeira no meio de travestis denota um lugar de intermediações, sendo que, talvez para essas travestis uma pessoa rica não precisaria e nem teria interesse em se misturar com esse contexto marginalizado que envolve uso de drogas e práticas ilegais como o roubo, por exemplo; mas também não se fala em pobreza uma vez que uma pessoa pobre não se enquadraria na análise por ser colocada no mesmo patamar que elas, ou seja, uma pessoa pobre seria na verdade uma delas e estaria em meio a tudo isso sem precisar pesquisá-lo. Vejo essa análise de Maria como me colocando em um lugar de mediação entre o contexto em que elas vivem e habitam com outros contextos que pouco tem acesso a essas realidades vivenciadas cotidianamente por elas e que também não enquadra as outras travestis que inclusive as colocam nessa posição desvalorizada, como podemos ver no relato abaixo:

Márcia:

– Nossa elas são muito jovens, é um desperdício sabe, elas tudo tem corpinho e rosto de amapô⁸, mas se acabam usando tanta droga, qualquer hora que você for falar com elas, elas vão estar colocadas, uó, mas é uma pena viu tão bonitas se acabando desse jeito (Diário de Campo: 11/08/2011).

O relato de Márcia vem acompanhado de um grande elogio, ter corpinho e rosto de amapô é o que as travestis buscam, porém prejudicar o corpo usando drogas aparece como um desperdício destas qualidades que elas já possuem. Mesmo assim se drogar também está relacionado à forma com a qual essas travestis habitam o ponto de prostituição e percebo a necessidade que elas tinham de me deixar claro isso logo no primeiro contato, pois na ocasião pediram que eu presenciasse todo o processo que elas tinham de buscar a droga e utilizá-la:

Chega um motoqueiro com a encomenda de drogas para as travestis, me senti desconfortável com isso e pergunto se elas preferem que eu dê uma volta enquanto elas fumam e que assim que elas terminassem eu voltaria para não atrapalhar. Maria afirma que não e que era bom que eu visse aquilo para não entrar nunca nessa situação e complementou perguntando se eu já tinha visto crack. Respondi que não e Maria pede que eu me aproxime para ver. Vi um pacotinho que parecia de bala, elas abriram e para minha surpresa não era uma pedra única, mas sim grãos como se fosse areia que elas dividiram entre si,

⁸ Palavra usada pelas travestis para expressar mulher.

Maria ficou com a parte dela para fumar puro e o restante entregou para Verônica e Mirella que misturaram com cigarro. [...] Maria, enquanto preparava a droga para o consumo, disse que eu nunca deveria entrar nessa por ser um caminho sem volta, disse inclusive que foi ela que influenciou Verônica e Mirella a começarem a usar droga também e agora as três estavam nesse caminho, pergunto o porquê elas entraram nessa sendo que sabiam que não era algo bom e Mirella me responde: – Ah amapô é isso que sobra pra gente, vida de travesti é assim (Diário de Campo: 11/08/2011).

Essa cena foi muito forte para mim, nos relatos elas colocam quais os lugares implicados na dinâmica que elas vivem, mesmo que eu estivesse ali com elas fica claro que para elas aquele não é um lugar destinando a mim, demonstrando que o meu papel é de alguém que está de passagem, que não pertence aquele contexto, porém que deve conhecê-lo para ter clareza disso.

Presenciar, ouvir e viver tais experiências com as travestis trouxe uma grande responsabilidade para mim, os direitos, o reconhecimento, a cidadania, foram questões que apareceram de forma complexa nos relatos das travestis e por isso me vi na posição de utilizar desse contato que fiz com as travestis para pensar ações juntamente com o movimento LGBT da cidade.

Quando me aproximei do movimento pude perceber o descontentamento que Ana, a líder, tinha para com o andamento de ações municipais, ela se dizia sem forças e se sentindo sozinha para realizar as ações do movimento porque segundo ela não existia participação ativa da comunidade LGBT em tais decisões e me senti na função de ajudá-la. Ver-me em meio a todos esses acontecimentos com as travestis e me colocando em meio às problemáticas do contexto do movimento social fez com que eu percebesse que a minha pesquisa tinha tomado o rumo da intervenção e me afetei por todo esse contexto. O contato com as travestis e com a realidade política do movimento LGBT foram me impactando e me constituindo enquanto pesquisadora e cidadã.

Ao mesmo tempo em que eu participava das discussões da ONG Somos, quando estava entre as travestis, mesmo elas sabendo de minha implicação com o movimento político da cidade, minha função com elas era diferente e elas não me tratavam como alguém da ONG, mas sim como a Silmara que vai até elas e as ouve, lhes dá atenção, se interessa e se preocupa com o que lhes envolve. Isso foi de grande importância para que eu pudesse me aproximar, mesmo que ainda superficialmente devido ao pouco tempo de pesquisa, de suas demandas. Esse movimento de tentar entender o que se passa a partir do ponto de vista das travestis fez a diferença para que eu pudesse pensar em questões juntamente com o movimento e com isso fazer a interlocução com o movimento,

buscando instrumentalizar as travestis para serem protagonistas do processo de luta por seu reconhecimento.

No contato com Ana me foi exposto o quanto ela via a necessidade de parcerias para o movimento não só entre a comunidade, mas principalmente com os instrumentos públicos como, por exemplo, postinhos, escolas e o ambulatório de DST/Aids. Este último, segundo ela, no período da pesquisa desenvolvia um trabalho junto com as travestis, mas tendo como foco principal entregar preservativos deixando de considerar os tantos outros problemas e demandas que as travestis puderam expor na vivência de seus cotidianos, como por exemplo: a hormonização que elas realizam e que muitas vezes é feita mediante indicações de outras travestis, aplicação de silicone industrial que se não forem feitos os devidos procedimentos de reabilitação podem deixar a travesti com seu corpo desfigurado, bem como questões relacionadas a outros órgãos municipais, estaduais e federais como educação, cultura e segurança, questões que se mostram tão longe de suas realidades.

- **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Durante esse período de pesquisa chamou-me a atenção às diversas formas que a experiência de cidadania se apresenta em meio às travestis. Seja em um pedido de reconhecimento para a comunidade que possam entendê-las enquanto sujeitos desejantes e atuantes, mas com poucas possibilidades por conta das restrições impostas a elas, seja na desconfiança para com aqueles que se aproximam, garantindo sua segurança de forma autônoma.

O espaço fora do território da prostituição é entendido pelas travestis como um não lugar para elas, sendo que elas acabam se restringindo no ponto de prostituição sendo este o lócus de aprendizagem e de cuidado de si, ao mesmo tempo as travestis deixam traços de sua insatisfação para com as formas que acabam sendo tratadas, de modo a exigir reconhecimento.

Pensar em políticas públicas e propostas de atuação junto aos governantes é um passo importante, mas, além disso, percebi a necessidade de empoderar e instrumentalizar as travestis nesse quesito, de forma que somente se tornam públicas as políticas quando a população toma posse delas e as vive. Nota-se a urgência de aproximação do movimento político LGBT ao contexto das travestis de modo a atraí-las para as discussões e com isso ajudá-las no processo de protagonismo político de seus direitos.

Referências Bibliográficas

ARENDDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 10. Ed. 2007.

ÁVILA, M.B. Direitos Reprodutivos, Exclusão Social e AIDS in BARBOSA, R.M ; PARKER, R (org). **Sexualidades pelo Avesso: Direitos, Identidades e Poder**. Rio de Janeiro: IMS/UERJ; São Paulo: ED.34, 1999.

ARÁN, M e PEIXOTO JUNIOR, C.A. Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler. Campinas, **Cadernos PAGU**, v.28, p.129-147, jan/jun 2007.

BENEDETTI, M. **Toda Feita: o corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BRASIL. República Federativa. **Constituição Federal** de 05 de outubro de 1988.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**; tradução: Renato Aguiar – 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm. Acesso em: 12/09/2010.

GOHN, M.G. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONG's e redes solidárias**. 2ª Ed, São Paulo, Cortez, 2008.

MATTOS, A. Democracia e participação social in MEDRADO, B ; ROCHA. T ; CORREA. T (org). **Em movimento: cidadania e participação política LGBT**. Recife: Instituto PAPAI, 2009.

OCHOA, M. Ciudadanía perversa: divas, marginación y participación en la 'localización'. in MATO, D.(coord.), **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 239-256, 2004.

PELÚCIO, L. **Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

_____ Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. **Cadernos pagu** (25), julho-dezembro de 2005, pp.217-248.